

DIÁRIOS DAS VIAJANTES DO SÉCULO XIX: A ESCRITA DO SILÊNCIO

Daniele Ribeiro Fortuna¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar os silêncios, principalmente no que diz respeito a sentimentos, nos diários de duas viajantes europeias, que vieram ao Brasil no século XIX: Maria Graham e a Baronesa Émile de Langsdorff. De início, apresentaremos uma breve genealogia do diário, a importância do período para o gênero e quais suas principais características. Em seguida, discutiremos a relação entre mulheres e diários no século XIX. Por fim, analisaremos o *corpus* selecionado, procurando perceber o que está para além das descrições do dia a dia da viagem e da estadia no Brasil e o que dizem seus silêncios.

Palavras-Chave: Diários. Silêncio. Mulheres viajantes do século XIX.

DIARIES OF 19TH-CENTURY WOMEN TRAVELERS: THE WRITING OF SILENCE

ABSTRACT: The purpose of this article is to investigate the silences, especially with regard to feelings, in the diaries of European travelers who came to Brazil in the 19th century: Maria Graham and Baroness Émile de Langsdorff. At first, we will present a brief genealogy of the diary, the importance of the period for the genre and its main characteristics. Next, we will discuss the relationship between women and diaries in the 19th century. Finally, we will analyze the selected corpus, trying to understand what is beyond the descriptions of the day-to-day trip and stay in Brazil and what their silences say.

Keywords: Diaries; Silence; 19th-Centurywomentravelers.

Introdução

Em *Do silêncio*, David Le Breton (1997) repete uma história anteriormente narrada por E. G. Belotti: um homem se sente solitário em seu casamento em função da ausência de comunicação com sua companheira e sua filha. Elas raramente falam com ele, e ele também não sabe como reestabelecer o diálogo. Um dia, o homem chega mais cedo do que o costume e ouve as duas rindo, conversando animadamente. Quando abre a porta, a companheira e a

¹Doutora em Letras (UERJ). Professor Adjunto Doutor I da Universidade do Grande Rio. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes. Cientista do nosso estado/FAPERJ. E-mail: drfortuna@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8739-7271>.

filha imediatamente se calam. A mulher, inclusive, se desculpa pelo barulho excessivo. Ele percebe, então, que não havia qualquer tipo de cumplicidade entre eles. Recorda-se que, desde o início do casamento, rechaçava qualquer manifestação de ternura da mulher. Lembra-se ainda que sua mãe também era assim – “definhada e petrificada pelo silêncio” (LE BRETON, 1997, p. 32).

A partir desta pequena narrativa, Le Breton (1997, p. 33) mostra como a questão da fala para a mulher é contraditória: “De forma perturbadora, numerosas referências tradicionais insistem sobre o aspecto palrador das mulheres, sobre a insignificância dos assuntos que tratam, sobre o seu abuso de linguagem. Mesmo quando a mulher não diz nada, continua manifestamente a falar demais. Postura paradoxal que torna a língua o monopólio de um sexo”. Assim, a fala da mulher é considerada sem importância e superficial. Muitas vezes, como afirma Le Breton (1997, p. 31), “A mulher permite-se falar menos e fica mais vezes constrangida ao silêncio (...) sente-se, às vezes, amarfanhada no silêncio, sem encontrar legitimidade para se exprimir”. O homem detém o monopólio da fala, o que se traduz, constantemente, não apenas em uma censura externa, mas também interna. Ao se sentir intimidada, a mulher, frequentemente, regula o que diz.

Se isto, ainda hoje, é uma realidade em várias instâncias da sociedade, no século XIX, a mulher estava fadada ao silêncio. Precisava buscar, então, espaços de desabafo, e o diário era um deles. Nas suas páginas, as mulheres passaram a compartilhar um pouco de suas vidas, seus sentimentos, suas impressões sobre o mundo que as cercava.

Entretanto, mesmo ali, nem tudo era dito. Além da censura interna, havia o temor de que alguém lesse ou o diário era escrito justamente para ser lido – por seus pais, seus maridos ou leitores em geral, no caso daqueles que foram publicados. Este foi o caso dos diários das mulheres viajantes do século XIX. Modistas, turistas, jornalistas, professoras, acompanhantes, cientistas (LEITE, 2000), estas mulheres tinham no diário uma companhia com a qual dividiam as descobertas, alegrias e agruras da viagem. Seus sentimentos também estão ali, mas muito mais velados que explícitos.

O objetivo deste artigo é investigar os silêncios nos diários de duas viajantes, que vieram ao Brasil no século XIX -a inglesa Maria Graham e a baronesa francesa Émile de Langsdorff, principalmente no que diz respeito a seus sentimentos. De início, apresentaremos

uma breve genealogia do diário, a importância do período para o gênero e quais suas principais características. Em seguida, discutiremos a relação entre mulheres e diários no século XIX. Por fim, analisaremos o *corpus* selecionado, procurando perceber o que está para além das descrições do dia a dia da viagem e da estadia no Brasil e o que dizem seus silêncios.

Breve genealogia do diário

Andrés Trapiello (1998 *apud* SANTOS, 2015) afirma que os diários teriam como origem os velhos diários de navegação, que serviam como instrumento de orientação para os navegadores, prevenindo-os contra naufrágios e furacões. Embora incluíssem relatos do cotidiano e impressões dos marinheiros, tratava-se de uma escrita coletiva, ainda sem as marcas do diário como nós o conhecemos, o diário íntimo.

Mas o que caracteriza exatamente o diário íntimo? Segundo Philippe Lejeune, é uma escrita cotidiana, repetitiva, fragmentada, iniciada sempre por datas e individual. Para Lejeune (2014, p. 301), “O diário é um vestígio: quase sempre uma escritura manuscrita, pela própria pessoa, com tudo o que a grafia tem de individualizante”. É também ocasional e irregular.

Lejeune e Catherine Bogaert (2020) apontam que as pessoas costumam manter um diário em uma determinada fase da vida, um momento de crise ou para relatar uma viagem. De acordo com os autores, são poucos os que conseguem escrever diariamente ou registrar tudo em detalhes. Assim, a maioria dos diários se concentra em tema, em um episódio da vida. Terminada aquela etapa, o diário costuma ser abandonado.

Como vimos, a origem do diário remonta aos diários de bordo. Segundo Michel Foucault (1992) e Beatrice Didier (2002 *apud* SANTOS, 2015), antes do surgimento do diário íntimo, havia ainda outros formatos de escritas de si que se assemelhavam a ele. Foucault (1992, p. 134) cita os *hypomnemata*,² que “podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda”, mas que também eram utilizados como livro de vida e guia de conduta por um público “cultivado”. Já Didier se refere a crônicas

² Grifo de Foucault.

comuns no século XV, na França, que apresentavam livres escritos. Seriam como precursores dos diários.

O chamado diário íntimo só aparece no século XIX com o surgimento da noção de “si”. Nesse sentido, Georges Vigarello (2016, p. 99) aponta que “Diderot substituiu o termo ‘alma’ por uma expressão até então ignorada tanto pelos dicionários quanto pelos textos clássicos: ‘o si’.” E o “si”, para Diderot, se relaciona à rede sensível que o constitui. O autor amplia a formulação do conceito, afirmando que “esse ‘si’ torna-se a instância que define o indivíduo, sua interioridade, seu princípio de reconhecimento íntimo também, seu universo pessoal feito tanto da instância sensível quanto de instância refletida” (VIGARRELLO, 2016, p. 100). O indivíduo passa, então, a apropriar-se da interioridade de seu corpo.

Para Vigarrello, o advento do diário íntimo está vinculado a essa percepção do “si”, na medida em que escrever ajuda o sujeito a conhecer-se e a compreender-se melhor. Trata-se de uma escrita que privilegia a esfera íntima, atendo-se, em geral, somente ao que acontece de forma imediata. Além disso, é um espaço de liberdade, em que não é preciso preocupar-se com as convenções sociais: “O diário é feito para seu autor e somente para ele, privilegiando toda ocorrência sensível, toda surpresa, sem censura nem partido” (VIGARRELLO, 2016, p. 145).

De acordo com Leonor Arfuch (2010), as escritas de si,³ incluindo, é claro, o diário, se relacionam à afirmação do sujeito moderno, traçando uma articulação entre o público e o privado. Tal articulação, por sua vez, associa-se à consolidação do capitalismo e do mundo burguês, na medida em que “confissões, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências traçariam, para além de seu valor literário intrínseco, um espaço de autorreflexão decisivo para a consolidação do individualismo como um dos traços típicos do Ocidente” (ARFUCH, 2010, p. 36). Arfuch (2010) considera que começavam a ser esboçados a sensibilidade característica do mundo burguês e –corroborando o que afirma Vigarello (2016) – a vivência de um “eu”. E este “eu” passa a estabelecer limites – ainda que ainda muito incertos – entre o público e o privado, relacionando o individual e o social.

³O termo ‘Escrita de si’ foi apresentado por Michel Foucault (1992) no livro *O que é um autor?* para referir-se à escrita como um exercício de si mesmo. Autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências fazem parte do universo das escritas de si.

O diário, assim, passaria a ser o lugar da fala individual, no qual o sujeito poderia desabafar, contar seus segredos, dividir suas angústias e temores. Entretanto, nem sempre se constituía nesse espaço de total liberdade. Não apenas as censuras externas cerceavam o diarista (principalmente, no caso daqueles que escreviam com o intuito de que seus textos fossem lidos), mas também as censuras internas – o medo de se expor totalmente até mesmo em um diário íntimo.

Esta afirmação é ainda mais verdadeira quando se trata de diários escritos por mulheres. Na verdade, no século XIX, muitas, quando jovens, eram incentivadas pelos pais a ter um diário, porque eles acreditavam que era uma forma de controle e de se manter a disciplina e a organização. Um exemplo é *Minha vida de menina*, de Helena Morley (pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant), escrito em 1895 e publicado em 1942. O pai da autora a considerava muito rebelde e esperava que a escrita do diário a ajudasse a ser mais contida (VIANA, 1995).

Na Europa, segundo Lejeune (2014), os diários femininos eram muito comuns, principalmente nessa época. Talvez por isso, este tipo de escrita seja, muitas vezes, associado ao gênero feminino – principalmente no século XIX –, tema que discutiremos no próximo item, antes de analisarmos as obras de Maria Graham e da baronesa Émile de Langsdorff.

Os diários e as mulheres no século XIX

Para Judith Lyon-Caen (2020), o século XIX é o momento da expressão das emoções. Como a noção de “eu” só começa a se delinear nessa época, anteriormente, os indivíduos não manifestavam suas emoções. E os diários acabam se tornando um dos principais espaços onde essa manifestação acontece. Cabe ressaltar que, naquela época, embora a crescente alfabetização tenha implicado a difusão dos diários, era uma atividade restrita à burguesia ou a uma aristocracia culta que tinha acesso à educação.

Conforme o que afirmamos anteriormente, referindo-nos à Maria José Motta Viana (1995) e ratificado por Lyon-Caen (2020), os diários tornam-se não apenas um espaço no qual as emoções são externadas de maneira inédita, mas também uma prática que permitia o controle e a vigilância dessas emoções: “Exame de consciência solitário e cotidiano, o diário

ajuda a ter as emoções sob vigilância. Eis o motivo pelo qual, ao longo de todo o século XIX, ele constitui um instrumento pedagógico antes de ser uma prática espontânea: aconselhado às crianças, é uma escola de escrita e de autocontrole” (LYON-CAEN, 2020, p. 18478).

Com isso, os jovens – principalmente as meninas – eram estimulados por pais e professores a dividir com o papel seu cotidiano e suas emoções não exatamente de forma sincera, mas para que fossem observados e corrigidos. Lyon-Caen (2020, p. 18490) ressalta que a “pedagogia do diário íntimo” apresentava uma função crucial na construção dos papéis sexuais: “As moças aprendem a manter o seu lugar na ordem familiar e social seguindo modelos edificantes (...)”. Por meio da prática da escrita, tais moças buscavam se melhorar como filhas e se tornar boas esposas e mães no futuro. Autocontrole e obediência (ao pai e, depois ao marido) eram fundamentais não apenas para si próprias, mas também para que seu comportamento servisse de modelo a seus filhos e, por que não, empregadas.

Outra característica que tornou o diário reputado como uma prática feminina foi a questão do detalhe. Segundo Rebecca Hogan (2016), a preocupação com os detalhes também sempre foi relacionada às mulheres. Com isso, sendo o diário uma escrita do detalhe por excelência, acabou havendo nos últimos cem anos o que Hogan (2016) denomina de feminização histórica do diário.

É óbvio que o diário não se constitui em uma escrita essencialmente feminina. Inúmeros diários foram escritos por homens. Mas vinculá-los às mulheres parece ser uma tentativa de diminuir essa forma de expressão feminina e, conseqüentemente, classificá-los como uma escrita menor. Ao refletir sobre as escritas de si no que diz respeito a homens e mulheres, Hogan (2016, p. 96) afirma:

Vários críticos atuais da autobiografia sugeriram que o diário – fragmentário, construído por conexões associativas em vez de lógicas, concentrando-se no cotidiano (para o qual, em certa medida, se lê “trivial” e “efêmero”), carece de um sentido da arquitetura de forma ou enredo não teleológico – é de alguma forma feminino; enquanto a autobiografia – acabada, polida, cuidadosamente construída, fornecendo uma imagem moldada da existência vista de uma perspectiva teleológica do fim de uma vida – e de alguma forma masculina.⁴

⁴Tradução minha. No original: “A number of current critics of autobiography have suggested that the diary - fragmentary, constructed by associative rather than logical connections, concentrating on the everyday (for which to some extent read "trivial" and "ephemeral"), lacking a sense of the architectonics of shape or plot, non-

Assim, enquanto os homens publicavam livros, narrando fatos, principalmente, de suas vidas públicas, as mulheres escreviam em cadernos ou folhas soltas sobre sua intimidade. Sua escrita podia ser controlada por seus pais e maridos ou não, quando se tratava de diários absolutamente secretos. Entretanto, era sempre consequência de seu papel na sociedade.

De fato, não se pode analisar os diários – sejam masculinos ou femininos – sem considerar que se trata, como afirma Kathryn Carter (2020), de uma prática discursiva cultural com especificidades históricas. Escritos hoje ou no passado, este gênero discursivo é o resultado do que se vive em sociedade, das “imposições” sociais e culturais.

No século XIX, as mulheres eram fechadas, a vida e o tempo passavam lentos. O diário era uma maneira de “ter um outro a escutar suas queixas, de examinar o que lhes sucedia, de preencher esse tempo” (MUZART, 2000, p. 183). Além disso, havia uma divisão sexual muito clara: “Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes” (PERROT, 2017, p. 198). A mulher era responsável por cuidar da casa e da família; o homem, o provedor. De acordo com Michelle Perrot (2017), o poder social da mulher era inexistente no nível político e forte e essencial dentro da família. A ela, cabia o cuidado dos filhos e à manutenção doméstica da casa. Assim, os filhos deveriam estar sempre com as mães e absolutamente tudo que tivesse relação com a casa e com a família deveria ser feito pelas mulheres.

É claro que havia diferenças entre a mulher do povo e a burguesa: aquela tinha por obrigação todas essas tarefas, enquanto esta, embora pudesse delegá-las aos serviçais, tinha sua liberdade de ir e vir muito mais cerceada. Ambas deveriam seguir rígidos padrões de conduta e até de vestimenta:

Como uma mulher respeitável poderia manter-se diferenciada da licenciosa, ou mais ainda, da mulher decaída, se a semelhança é tão grande? Como poderia ela, presumivelmente inocente e pura, conseguir o conhecimento suficiente para se orientar? Desse dilema surge a necessidade de se prestar muita atenção aos detalhes da aparência e de manter-se assim, por medo de ser lida de modo errado ou malicioso (SENNETT, 2015, p. 4107).

teleological – is somehow feminine; while the autobiography – finished, polished, carefully constructed, providing a shaped image of existence seen from the teleological perspective of the end of a life – is somehow masculine”.

Richard Sennett (2015, p. 4097) afirma ainda que as mulheres deveriam se manter cobertas, evitando mostrar outras partes do corpo além da cabeça e das mãos. Nesse sentido, havia também uma atenção aos detalhes. Era fundamental “prestar muita atenção aos detalhes da aparência e de manter-se assim, por medo de ser lida de modo errado ou malicioso”.

Por isso, falar sobre o corpo, desejo ou sexualidade era proibido. A vida dos diários são relatos do cotidiano, mas certos assuntos eram interditos. Há, sim, referências aos sentimentos, mas muitas questões não eram abordadas. Estão presentes nas lacunas, de forma implícita – a pressão em função das convenções sociais, a insatisfação com o casamento etc. Mesmo quando eram secretos, nem tudo era exposto, pois havia uma censura interna que as impedia de compartilhar tudo. Referindo-se aos diários femininos em geral, Viana (1995, p. 18) reitera estas considerações quando declara:

No que concerne à escrita memorialística feminina, a luta maior se trava com uma outra censura, mais sutil e mais imperiosa porque frequentemente inconsciente: a censura interna de cada um, nascida da incorporação de valores, concepções e preconceitos que o contexto sociocultural impõe a cada sujeito, muitas vezes mais impermeável e castradora do que mecanismos censores externos.

Mais do que influência, consequência do contexto sociocultural, os diários eram praticamente o único espaço de desabafo de um grupo de mulheres bastante peculiar: o das viajantes do século XIX. São diários detalhados, com diversas informações sobre as viagens e os lugares onde os navios ancoravam, mas com raras referências a sentimentos, como veremos no item que se segue.

Os diários das viajantes e seus silêncios

No século XIX, algumas mulheres europeias iam para as Américas. Turistas, modistas, cientistas, preceptoras ou como acompanhantes de seus maridos, parte delas mantinha um diário no qual relatava o cotidiano, as descobertas, alegrias, angústias e percalços da viagem. Segundo Miriam Lifchitz Moreira Leite (2000, p. 134), essas mulheres recusavam o papel a elas prescrito (de dona de casa e mãe submissa) e assumiam “os riscos de

vida das longas viagens marítimas, das moléstias tropicais, dos desconfortos e estranheza dos contatos, dos desentendimentos em países atrasados com uma curiosidade e uma capacidade de observação penetrante”. Duas delas foram a inglesa Maria Graham e francesa baronesa Émile de Langsdorff, que viajaram como acompanhantes de seus maridos e acabaram passando um tempo no Brasil, como preceptoras da família real.

Maria Graham veio ao Brasil acompanhando seu marido, o capitão inglês Thomas Graham, que havia sido nomeado pelo Serviço Estrangeiro para uma missão de três anos na América do Sul (ZUBARAN, 2004). Durante esse período, vários fatos aconteceram – incluindo a morte de seu marido -, que foram narrados em seu diário desde 31 de julho de 1821, dia da partida do navio. O motivo da viagem da baronesa de Langsdorff também foi acompanhar o marido, ministro plenipotenciário da França, que, por sua vez, tinha como missão casar o príncipe de Joinville com a princesa Francisca, irmã de D. Pedro. Seu diário foi escrito entre 1842 e 1843.

Embora cerca de duas décadas separem os dois escritos, há muito em comum entre eles. Ambos os diários relatam o dia a dia de duas mulheres que deixaram suas famílias na Europa para acompanhar seus maridos e passam meses navegando em um ambiente totalmente masculino. Ambos narram também as impressões sobre o Brasil e o modo de viver dos brasileiros e estrangeiros naquele momento.

Segundo texto de orelha de seu diário publicado em 2021 pela editora Garnier, Maria Graham conhecia profundamente literatura inglesa e viajou por diversos continentes – primeiro com seu pai, George Dundas, comissário do Almirantado Britânico, e depois com seu marido, Thomas Graham. Em 1821, veio ao Brasil, na fragata Doris, que era comandada por Thomas Graham. Era um momento turbulento, em que colônias lutavam por sua independência. A viagem percorreu localidades brasileiras e, também, o Chile, mas o diário aqui analisado narra somente o que se passou no Brasil e no percurso até chegar ao país.

O livro se inicia com uma contextualização da história do Brasil até então, escrita pela autora, que considerava essa iniciativa fundamental para que o leitor pudesse entender os fatos expostos. O diário propriamente dito começa no dia 31 de julho de 1821, com a partida da fragata da Inglaterra. São mais de 270 páginas de minuciosas descrições da natureza e da

situação política do país. Além desses temas, chamam a atenção também a preocupação da escritora com a escravidão, os hábitos e comportamento de brasileiros e estrangeiros no país.

Entretanto, nessa profusão de palavras, é possível perceber silêncios. Maria Graham pouco fala sobre suas emoções, sua vida privada, sua família e, quando o faz, é de forma contida. É claro que, em um diário de viagem, o foco é o percurso, mas muito é deixado para trás e muito é vivido em termos pessoais e emocionais em uma jornada tão longa, convivendo com estranhos em um espaço limitado.

Muito provavelmente os silêncios de Graham se relacionam à sua condição de mulher e à sua posição social. Le Breton (1997, p. 28) afirma que:

Dentro de um determinado quadro social, cada membro de uma interação beneficia de um ‘estatuto de participação’ (...) relacionado com a sua idade, o seu sexo, a sua posição social, familiar etc. É-lhe dado um certo nível de contribuição em troca, de acordo com o seu registro de actividade ou grau de familiaridade. Mas também os direitos e os deveres inerentes a uma determinada margem de silêncio.

E a margem de silêncio de uma mulher no século XIX era ampla. Ela devia seguir padrões rígidos de comportamento, devia andar totalmente cobertas, até para se proteger dos olhares dos outros, pois se acreditava que os sentimentos poderiam ser lidos com um olhar (SENNETT, 2015). Nesse sentido, cabe ressaltar o interesse de Maria Graham em relação ao modo de se vestir das mulheres que encontrava e, também, sua desaprovação quando brasileiras e estrangeiras expunham demais seus corpos ou tinham uma aparência desleixada. Sobre visitas que fez a senhoras de sociedade portuguesas na Bahia, a autora comenta:

Quando apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilho, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude.; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem de modo muito ligeiro, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrehado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho (GRAHAM, 2021, p. 153).

Mais adiante, Graham (2021, p. 154) afirma: “Não vi hoje uma só mulher toleravelmente bela. Mas quem poderá resistir à violenta deformação como a que o sujo e o desleixo exercem sobre a mulher?”. É como se aparência física refletisse o interior. Posteriormente, a autora conta que encontrou essas mulheres em ocasiões sociais e que elas se apresentaram de forma aceitável, mas que isso não as eximia de se cuidar quando estavam em casa. Maria Graham cita, então, Mademoiselle Clairon, segundo a qual “para poder representar a fidalga em público, é preciso que a mulher o seja na vida privada” (GRAHAM, 2021, p. 160).

Em outros trechos, como o que se segue, a escritora demonstra sua admiração por mulheres que ela acredita que saibam se comportar: “Achei Madame do Rêgo uma senhora agradável, bem bonita, e falando inglês como uma nativa (...). Nada poderia exceder a gentileza e a amenidade de suas maneiras, e as das duas filhas do general Rêgo, cujo ar e cujos modos são os das senhoras bem educadas” (GRAHAM, 2021, p. 118).

Fazia parte da educação e dos bons modos não falar sobre questões relativas ao corpo, à intimidade e às emoções. O “si” é privado e, embora muitas mulheres mantivessem diários, a pressão da sociedade se refletia no papel. Como considera Le Breton (1997, p. 76), “o silêncio está carregado de intenções quando a palavra esperada não surge; é sinónimo de segredo se um facto permanece na sombra, fora das investigações”.

Mas o que permanece na sombra pode deixar vestígios. As inúmeras descrições de Maria Graham sobre a viagem deixam entrever, por meio de breves comentários, seu desamparo, sua melancolia e sua solidão. Suas palavras são como ruídos em uma profusão sonora de descrições. Graham vive o luto pela perda de seu marido em silêncio. Ao longo do diário, a autora menciona, sempre brevemente, a saúde de seu marido, referindo-se a ele como capitão Graham. A estratégia de procurar ser uma observadora que testemunha os fatos a uma certa distância, demonstrando pouco envolvimento parece estar na própria forma de referir-se ao marido, ressaltando sempre sua posição de capitão.

Parecia ser comum em um navio o mal-estar físico. Tempestades, excesso de sol, frio, calor e até o movimento incessante da embarcação podiam causar inúmeras indisposições. Mas, no que diz respeito à saúde do capitão Graham, a primeira referência é do dia 16 de novembro de 1821 – “O capitão Graham foi tomado de uma doença súbita e

alarmante” (GRAHAM, 2021, p. 170). A partir daí, intercalam-se momentos de melhora e piora.

De 2 a 20 de abril de 1822, há uma interrupção do diário. Trata-se do período que Maria Graham esteve no Chile.⁵ Ela informa que, do dia 3 em diante, seu diário de viagem “tornou-se o registro agudo de um tormento” e que no dia 9 seu marido falecera: “Estava tudo acabado; dormi longamente e descansei; quando acordei foi para tomar consciência de que estava só, e viúva com um hemisfério entre mim e meus parentes”. (GRAHAM, 2021, p. 241) A partir desse momento também, Graham passa a ser mais contundente em relação aos seus sentimentos e que se coloca mais como personagem e menos como apenas narradora. Porém, cabe ressaltar que os trechos em que aborda questões pessoais são poucos ao longo da narrativa.

O diário deixa de ser escrito – provavelmente, porque a autora está em viagem ao Chile – e é retomado em 13 de março de 1823, quando a escritora retorna ao Brasil com seu primo Glennie. Ao desembarcar e se separar de seus companheiros de viagem, Maria Graham (2021, p. 253) se sente sozinha: “Estou de novo sem ninguém a quem me arrimar, e sozinha no mundo, com minha carga de melancolia; eles têm diante de si os negócios e prazer”.

Sennett (2015, p. 4395) considera que, no século XIX, “a família era um lugar onde colocar mulheres e crianças contra a sociedade, ao mesmo tempo abrigando-as e suprimindo-as”. Nesse sentido, Graham se sentia duplamente desamparada: estava sozinha em um país estrangeiro e, como convém às mulheres sós, deveria evitar circular desacompanhada. Embora seja possível perceber que a escritora não era como a maioria das mulheres daquela época, pois, desde moça, viajou pelo mundo, é importante ressaltar que ela sempre esteve amparada primeiramente por seu pai e, depois, por seu marido.

No dia 15 de abril, quando seu primo se vai, sua sensação de isolamento é reforçada: “Depois de me ter acostumado com o convívio de um amigo inteligente, sinto-me tão isolada, que penso ter de abandonar meus hábitos sedentários e fazer algumas visitas aos vizinhos” (GRAHAM, 2021, p. 257).

Nas páginas seguintes, seu texto ressalta essa situação, ainda que de maneira sutil. Suas detalhadas descrições sobre o Rio de Janeiro são entremeadas com pequenas referências

⁵No prefácio do livro, Maria Graham informa que o diário da viagem ao Chile será publicado em outro volume.

à solidão, ao fato de ser estrangeira e de estar doente – mas não informa de que mal sofre: “(...) é triste estar sozinha e doente numa terra estranha (GRAHAM, 2021, p. 283) ou “logo que meu parente Glennie me deixou, senti que, na qualidade de estrangeira, e na posição em que me encontro, estava extremamente desamparada” (GRAHAM, 2021, p. 285).

Talvez por viver nessas circunstâncias, Maria Graham aciona seus contatos para se aproximar da família real. Ela acaba conseguindo tornar-se preceptora da princesa real. Mas esse período não é descrito no diário, que se encerra quando ela parte para a Inglaterra para resolver algumas pendências antes de assumir o cargo.

Escrito entre 1842 e 1843, o diário da baronesa Émile de Langsdorff narra a viagem ao Brasil e todo o processo do casamento da princesa Francisca de Bragança com o príncipe de Joinville, por cujos trâmites seu marido era responsável. Há muitas semelhanças entre os diários da baronesa e de Maria Graham, entretanto, chama a atenção também as diferenças, que se mostram um tanto paradoxais.

Embora Graham se mostre muito mais contida do que a baronesa no que concerne às suas impressões sobre as pessoas e seus sentimentos, a escritora inglesa expõe alguns momentos de solidão, tristeza e desamparo. Já a baronesa Émile de Langsdorff, ainda que fale muito pouco sobre o que sente, é muito mais contundente quando se manifesta sobre o comportamento das pessoas, principalmente o das mulheres. Ao se pronunciar sobre os outros, seu silêncio sobre si mesma se torna mais evidente.

A primeira informação bastante relevante do diário é o fato de a baronesa não revelar seu nome. No prefácio, Miriam Lifchitz Moreira Leite (2000, p. 11) esclarece: “A autora deste Diário permanece desconhecida e ocultada por trás do nome do marido, o Barão Émile de Langsdorff”. Leite (2000, p. 13) afirma ainda que “nas viajantes mulheres que vieram ao Brasil, durante o século XIX, foi possível extrair dos enunciados de seus livros tanto suas referências ao poder e à hierarquia a que estavam sujeitas, quanto à submissão e à resistência encrustradas (*sic*) na produção do conhecimento e da identificação”.

De fato, este é um tema abordado pela baronesa Langsdorff. Entretanto, ela se posiciona muito mais de forma a ratificar não somente o que considera ser seu papel na sociedade, mas o das mulheres em geral, do que a tecer qualquer tipo de crítica. A baronesa parece acreditar que as mulheres devem saber se comportar, respeitando certos códigos

sociais: falar quando é necessário, mas também saber calar-se, agir, enfim, de acordo com a sua posição social. Isso fica particularmente evidente quando se refere à princesa Francisca em uma ocasião em que esta não se sentia bem ao fazer um breve passeio de fragata:

A princesa deitou-se, e admirei, então, seu excelente caráter. Sofrendo como estava, não quis incomodar ninguém, ria quando estava melhor, inquietava-se com a ideia de que sua irmã, dispensando o guarda-sol, pudesse se queimar, e, por último, submeteu-se a seu irmão, que abriu subitamente a porta seguido por seus dois camareiros, e, como déspota bem-comportado, com um tom afetuoso, mas imperial, disse-lhe que viesse com ele, pois que, seguindo-o, não mais se sentiria mal! Ela se resignou e subiu para o tombadilho (LANGSDORFF, 2000, p. 120-121).

Da mesma forma, embora estivesse ciente de seu próprio lugar na sociedade, seu texto deixa entrever críticas sutis. Se, por um lado, ao contrário de Maria Graham, demonstrava um posicionamento comum à sua época, concordando e apoiando a escravização de negros, por outro, demonstrava que as mulheres poderiam ser menos passivas.

Sobre a relação entre senhores e escravizados, por exemplo, Langsdorff (2000, p. 131) afirma: “O que mais me impressionou foi a bizarria das relações entre todas essas pessoas. Os escravos eram tratados por sua dona com uma doçura excessiva, e total liberdade, muito mais do que tratamos as crianças de nossos empregados”. Isso porque a baronesa, como era comum naquele momento, acreditava que os negros eram seres inferiores – “Os que pretendem torná-los usam de argumentos que podem parecer sensatos para quem está de longe, mas para quem testemunhou a realidade, seria um ato verdadeiramente cruel. Seria dar a independência a uma criança de dez anos” (LANGSDORFF, 2000, p. 184).

Retrato de seu tempo, a baronesa de Langsdorff considerava que a escravidão era fundamental para manutenção da sociedade e que as relações entre os escravizados e “senhores” deveriam ser as mais distantes possíveis. Suas palavras eram um espelho do contexto em que vivia e das crenças de então. No entanto, em alguns momentos, a escritora revela ter voz e que se sabe “silenciada”.

Segundo Le Breton (1997, p. 78), “A linguagem é poder, poder de obrigar o outro, de lhe impor ideias, de lhe dar ordem de se calar ou de falar. A palavra não é inocente naquilo que implica que um outro se cale e se subordine a ela, principalmente, às suas consequências

que podem ser mais ou menos pesadas”, e a baronesa sabia que era necessário se subordinar e se calar. Da mesma maneira, sabia que qualquer circunstância que contrariasse essa atitude – por iniciativa própria ou em função de alguma eventualidade – poderia causar desagrado e até provocar críticas.

Duas passagens do diário revelam o tipo de silenciamento a que Langsdorff estava exposta. Nas páginas iniciais da narrativa, famílias conhecidas de seu marido oferecem à baronesa um jantar de homenagem antes da partida do casal. A autora sente-se muito lisonjeada com a ocasião, afirmando que nunca antes havia sido o centro das atenções, porém, parece saber também que não receberia este tipo de homenagem se não fosse pelo seu título de baronesa:

Deram-me o lugar de honra, e todas as atenções eram para mim. Foi a primeira vez que me coube o papel de personagem principal e achei que era bem mais fácil sê-lo quando já o veem como alguém de posição de destaque no mundo, do que quando se ocupa uma posição, mesmo medíocre, no meio de pessoas que não estão de modo algum predispostas a seu favor (LANGSDORFF, 2000, p. 30).

Apesar de ocupar uma posição importante como esposa de um barão, seu papel era limitado, e suas opiniões deveriam se restringir às suas atribuições. Aproximando-se dos momentos finais do relato, quando a baronesa e seu esposo acompanham os já casados príncipe de Joinville e princesa Francisca em sua viagem à Europa, a escritora menciona um episódio em que um navio americano se aproximou da embarcação. O príncipe aproveitou o momento para pedir que lhe fornecessem jornais e, depois de recebê-los, decide compartilhar com seus oficiais e, especialmente, com o barão. A autora percebe que o príncipe não desejava que ela pegasse um jornal. Quanto à princesa, esta não dominava o idioma inglês e, portanto, não poderia ler. Em seguida, a escritora explica o motivo pelo qual o príncipe de Joinville não quer que a baronesa não leia o jornal e fica feliz que a esposa não possa fazê-lo: “(...) o príncipe tem horror a mulheres que se ocupam de política e está muito contente por mostrar à mulher que os homens da França leem jornais e elas não o fazem. De resto, quando havia algo interessante, ele o lia em voz alta” (LANGSDORFF, 2000, p. 227- 228).

Como é possível perceber, o silenciamento imposto às mulheres no século XIX se reflete no diário da baronesa Émile de Langsdorff. Assim como o texto de Maria Graham, são

inúmeras as descrições – de lugares e do modo de viver das pessoas -, mas poucas as referências às próprias emoções. Na verdade, os únicos trechos em que Langsdorff faz algum tipo de alusão ao que sente são escritos nos primeiros dias da viagem. Ela conta sobre o medo das grandes ondas e dos dias difíceis em função do mal-estar.

Como no diário de Graham, de sua profusão de palavras, escapam “ruídos” de tristeza e saudade dos que ficaram para trás. A escritora procura controlar-se, silenciando também seus pensamentos: “Os dias se normalizam. É grande meu interesse pelos pequenos detalhes desta vida tão diversa da que levei até aqui. Controlo ainda meus pensamentos, que, sem freio, iriam muito rapidamente para Paris, junto daqueles que deixei (...)” (LANGSDORFF, 2000, p. 44).

Algumas páginas adiante, Langsdorff fala sobre seu desânimo com a vida no mar e, posteriormente, sobre a tristeza profunda que sentiu com a morte de um dos marujos. Estas são suas poucas referências ao que sente.

Considerações finais

Referindo-se a Beatrice Didier, Maria José Motta Viana (1995, p. 75) afirma que “no diário instala-se uma dicotomia fundamental entre os vários *eus* que o habitam. O *eu* que escreve encontra-se muito próximo ao acontecimento descrito e bastante distanciado do que publica e que não pode fazer calar o primeiro (...)”.⁶ Além disso, o “eu” que escreve não corresponde totalmente ao “si”, ao “eu” que vive e que sente. Há segredos sempre guardados, nunca compartilhados.

No século XIX, este distanciamento entre os “eus” era ainda mais contundente, principalmente para as mulheres. A esfera dos sentimentos torna-se cada vez mais privada e acredita-se que o exterior é reflexo do que vai por dentro. Desleixo com a aparência pode significar falta de disciplina e cuidado. A mulher deve se manter apresentável, zelando por sua maneira de se apresentar em sociedade. Importante estar toda coberta, não apenas pelo recato, mas para que ninguém saiba sobre seus sentimentos, que devem ficar guardados.

⁶ Grifos de Viana.

Para desabafar sobre os problemas ou simplesmente contar o que se passa em sua vida íntima, escrever e compartilhar com o papel é uma opção. Mas só até certo ponto. Como vimos, o diário também tem um papel disciplinador. Por isso, é repleto de silêncios.

E são esses silêncios que estão presentes nos diários de Maria Graham e da baronesa Émile de Langsdorff. Duas mulheres que deixaram sua família e seu país para trás para enfrentar as intempéries de uma viagem de navio e a um longo período em terras muito distantes e diferentes do seu lugar de origem. Descrevem cada detalhe do percurso, mas pouco falam de si.

Vigarrello (2016) fala desse “si” que começa a tomar contornos mais fortes no século XIX. É um “si” que vai tomando forma aos poucos, e os diários são parte desse processo. Porém, as agruras desse “si” devem se manter escondidas. Trata-se da separação entre público e privado, que também vai se delineando. Uma vida pública baseada na aparência; uma vida privada cheia de silêncios.

Os diários de Graham e Langsdorff refletem justamente essa dicotomia entre público e privado, entre um excesso de palavras e o comedimento, o silêncio. Espelhos de seu tempo, seus silêncios falam de dores, de perdas, de angústias e de uma necessidade constante de calar-se.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

CARTER, Kathryn. Feminist interpretation of the diary. In: BEN-AMOS, Batsheva; BEN-AMOS, Dan. *The diary: the epic of everyday life*. Indiana: Indiana University Press, 2020 (Edição do Kindle).

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Garnier, 2021.

HOGAN, Rebecca. Engendered autobiographies: the diary as a feminine form. In: NEUMAN, Shirley (Org.) *Autobiography and questions of gender*. Nova York: Routledge, 2016 (Edição do Kindle).

LANGSDORFF, Baronesa Émile de. *Diário da Baronesa E. de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville: 1842-1843*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

LE BRETON, David. *Do silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. *Cadernos Pagu* (15) pp.129-143, 2000.

_____. Prefácio. In: LANGSDORFF, Baronesa Émile. de. *Diário da Baronesa E. de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville: 1842-1843*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LEJEUNE, Philippe; BOGAERT, Catherine. The practice of writing a diary. In: BEN-AMOS, Batsheva; BEN-AMOS, Dan. *The diary: the epic of everyday life*. Indiana: Indiana University Press, 2020 (Edição do Kindle).

LYON-CAEN, Judith. O “Eu” e o barômetro da alma. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs). *Histórias das emoções: 2. Das luzes até o final do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2020 (Edição do Kindle).

MUZART, Zahidé Lupinacci. De navegar e de navegantes. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017 (Edição do Kindle).

SANTOS, Roberson Rosa dos. *Diário da crise: do naufrágio ao renascimento*. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, 2015.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Record, 2015 (Edição do Kindle).

VIANA, Maria José Motta. *Do sótão à vitrine: memórias de mulheres*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: história da percepção do corpo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

ZUBARAN, Maria Angélica. O olhar de uma inglesa-viajante sobre o Brasil Oitocentista: o diário de viagem de Maria Graham (1821-1824). *MÉTIS: história & cultura*, v. 3, n. 5, p. 253-271, jan./jun. 2004.

Recebido em: 22/02/2022.

Aceito em: 16/04/2022.